

ZUENIR VENTURA

Sem culpa ou preconceito

Isso os jornais estrangeiros ainda não registraram, eles, que estão implicando tanto com nossa maneira de torcer, e até de comer: esta Olimpíada talvez seja a mais liberada que já existiu em termos de comportamento. Ao contrário do que cantou Tim Maia, vale tudo, inclusive homem com homem e mulher com mulher. É um grande armário aberto. A Vila Olímpica, onde os guerreiros descansam seus músculos, é uma festa para os sentidos. Longe das arenas, seus quase 11 mil moradores, ou exatos 75%, praticam sexo a uma média de seis exibições

por dia, usando as 450 mil camisinhas que foram distribuídas. É o que Ancelmo Gois chamaria de "Feira livre de saliência". Pergunto a alguém que trabalha lá dentro se a estatística é confiável. Ele diz que não sabe, mas garante, pelo que conversou com colegas de outros países, que está sendo batido aqui um recorde mundial.

O que mais impressiona, porém, não é o desempenho dos heteros, mas a naturalidade com que representantes da outra categoria têm exposto publicamente, sem culpa e hipocrisia, suas opções sexuais. Um exemplo é a cena em que a jogadora Izzy, de rúgbi, foi pedida em casamento pela namorada, a voluntária Marjorie, em pleno gramado e com direito a demorado beijo na boca. Ou então Larissa, do vôlei de praia, correndo para comemorar a vitória beijando a namorada que assistia à partida. Ou a modelo canadense que veio só para acompanhar

Mayssa, goleira da seleção de handebol e seu declarado grande amor. Ou o casal Rafaela-Thamara anunciando que ia festejar o ouro na Disney.

Diante de manifestações assim, eu diria que a nossa torcida pode ser barulhenta e mal-educada, como tem sido acusada (até por gente da terra dos holligans), mas não tem demonstrado discriminação. Em vez de vaia, tem estimulado e aplaudido esses gestos.

Enquanto isso, o tabloide britânico "The Sun", para reclamar da pouca presença de

O que mais impressiona é a naturalidade com que atletas gays têm exposto publicamente, sem culpa e hipocrisia, suas opções sexuais

público em algumas provas esportivas, afirmou que o "Rio é uma cidade fantasma", quando a televisão mostrava multidões em lugares como o Boulevard Olímpico, com intermináveis filas, e o Parque Olímpico, onde o que faltava era comida, não gente. A última dessas curiosidades foi a do repórter do "New York Times" David Segal. Seu paladar acostumado com salsicha e ketchup estranhou a "falta de gosto e de graça" dos biscoitos de polvilho Globo, que o colega tinha descoberto ser o "resumo da culinária carioca", a qual, segundo ele, nunca foi boa.

Com original bom humor de parte a parte, o pessoal do programa "Estúdio 1" levou o gringo para provar outros "resumos": galeto, coração de galinha, sobrecoxa, pão de alho, farofa e queijo coalho. Dessa vez, ele não reclamou de falta de gosto. Imagina quando experimentar feijoadas. ●

ROBERTO DAMATTA

Detalhes olímpicos



Todas as Olimpíadas fabricam seus heróis. Aliás, toda atividade humana na qual se destaca um papel central, esse destaque dificilmente deixaria de ser visto como o "herói" simplesmente porque sua ausência impediria definir o ponto, dando-lhe um ponto de vista ou um arremate. Afinal, o diálogo com a finitude é o que constrói os heróis e os campeões. Dos torneios de várzea aos refinados Jogos Olímpicos, cuja marca é justamente um ciclo mundial de quatro anos. Fosse anual, não haveria Phelps ou Pelé.

O mundo em que vivemos é marcado pela predominância da parte sobre o todo; do indivíduo sobre o grupo. Para nós, a sociedade é o resultado de uma associação de indivíduos que perseguem os seus interesses, os quais se coordenam, no dizer de um tal de Adam Smith, por meio de uma bruxaria chamada de "mão invisível". O próprio conceito revela como é central o foco na parte e no sujeito, deixando de lado as relações, com elas, o reconhecimento de todo que, entre outras coisas, simboliza o limite. É o limite é o olímpico, o assento dos sobre-humanos. Mas, com o fim da monarquia, pode-se subir ou descer deste monte...

Se levamos esses "detalhes" em conta, descobrimos que comparar conduza a individualizar. Eu prefiro X e você Y; eu sou Z e você X. Tal destaque pode levar ao desprezo ou a ênfase no elo que, afinal, é a base do contraste. Toda comparação pode conduzir a uma competição ou a uma guerra. Não foi por acaso

que os Jogos foram reinventados na Europa! A individualização extrema leva a diferenças que podem se fixar em desigualdades. Ou, ao contrário, em diferenciações que obrigam a rever preconceitos e exclusões. Os Jogos colocam no mapa países ignorados por meio de seus heróis. E, ao mesmo tempo, transformam desigualdades eventuais em diferenças irremovíveis. Um "detalhe" crucial da Olimpíada é o jogo entre eventos (ou "provas") e um padrão geral — o tal "quadro de medalhas" — que reordena ou confirma nações alinhadas não mais pelo poder militar ou econômico, mas por desempenho neste campo situado entre guerra e arte.

Como mencionei na semana passada, o esporte, como as artes, é um ponto de repouso das rotinas — das questões práticas e das tragédias. Ele não as elimina, mas as converte e, no caso de fracassos, pode agravá-las acentuando ainda mais os radicalismos. De qualquer modo, como tudo que é programado e delimitado por um texto, palco e atores, o esporte é uma fantasia, mas uma fantasia transformada numa realidade tão séria quanto um filme musical ou um martini. Sua "glória" é um transbordamento parcial para o real. Seria maravilhoso se questões políticas pudessem ser resolvidas por meio de uma luta de boxe ou por um jogo de basquete...

De um certo ponto de vista, o campo do esporte é um experimento comparativo e uma abertura para a mudança. Aqui, dois "detalhes" se destacam imperiosamente: as regras explícitas e um uso do corpo

com foco exclusivo no seu desempenho, talento e capacidade. No caso, uma refraga do atleta-herói contra o tempo, o espaço e os "estrangeiros" — esses outros que, paradoxalmente, não podem ser eliminados. Nesse sentido, o esporte é um ritual cujo propósito permite diferenciar iguais (todo jogo começa numa igualdade absoluta, como aprendi com Lévi-Strauss) sem, entretanto, esquecer — e isso digo eu — que as diferenciações sejam passageiras e relativas, pois tudo pode mudar numa outra competição.

Vejam a diferença: no mundo "real" a competição promove desigualdades permanentes e naturais, satânicas ou divinas. Mas, no esporte, a contingência da derrota (e da vitória) engloba apenas as inferioridades daquela competição ou jogo. Nesta esfera da vida, não pode haver um campeonato que acabe com todos os campeonatos (como foi o caso de algumas guerras); ou um estilo de disputa definitivo. Muito pelo contrário, todo torneio tem como pressuposto um outro torneio de modo que a série derrotado/vitioso/derrotado seja permanentemente renovada. É muito semelhante a experiência do cantor com a música cujas interpretações são infinitas, embora ela continue sendo a mesma música.

Um dos "detalhes" do esporte como uma esfera de significado social é que nele vitória e derrota estão em relação. Perder não é desonra. É uma "prova" do outro lado desta moeda sem a qual não há jogo, pois sem ela não há vitória. ●

Roberto DaMatta é antropólogo

Entre a obra e o mundo

EDUARDA DE AQUINO

Artistas, em geral, são pessoas que criam objetos e acumulam materiais, o que significa que um artista sempre ocupa espaço. Além da obra final, há os estudos, as ferramentas, o que não foi vendido ou o que não deu certo, sem contar as correspondências, os cadernos, os convites de exposições, entre tantas outras coisas. Pós-morte, a presença física permanece através de sua obra, e a família, então, torna-se responsável por decidir o destino de um conjunto de trabalhos feitos ao longo de muitos anos.

O que, então, deve ser feito com todo esse material que uma pessoa criativa deixa para trás quando se vai?

Sem pedir licença, uma grande responsabilidade cai no colo de quem herda. Temos muitos exemplos de pessoas que passaram a se dedicar integralmente à gestão do acervo herdado. A criação de um instituto ou fundação exige entrega total e — principalmente — verba. Em doses altas. Para alguns, esse dever virá sua principal atividade e profissão, o que é admirável.

Mas, me pergunto, e aqueles que não escolhem seguir por esta direção? O que fazer quando se está nesta situação? A carência de discussão pública e a falta de incentivo e interesse do governo em tal assunto tornam as escolhas ainda mais difíceis.

Sou a única filha de Angelo de Aquino, importante artista plástico da geração dos anos 60. Uma figura polêmica, que passou por fases bem distintas e, como qualquer ser humano, algumas mais potentes, outras nem tanto. Meu pai foi também um

pensador e crítico da sociedade brasileira, vide seus textos publicados no GLOBO ao longo dos anos 90. Portanto, de uma forma ou de outra, é alguém que não passou despercebido.

Foi no ano de 2007, quando eu ainda prestava vestibular. Apenas oito anos depois, tive a coragem de abrir os pacotes que estavam em sua casa no dia de sua morte. Ao longo de um ano, com o auxílio de duas museólogas, catalogamos todo esse material. Foi surpreendida com um acervo de mais de 200 quadros e papéis — um pouco de cada fase de sua produção. Sem contar as obras fotográficas, as fotografias de registro, entre outros objetos que ainda não foram catalogados.

Hoje, eu me vejo como uma ponte entre todo esse material e o mundo. Desejo que a memória permaneça viva, ativa. No entanto, ainda me vejo perdida e sem compreender o que fazer — enquanto as obras permanecem temporariamente guardadas em condições inapropriadas no apartamento da minha mãe. Uma solução paliativa e possível dentro das nossas condições para um problema urgente.

Minha intenção é distribuir as obras entre várias instituições com as quais meu pai teve relações profissionais, tanto no Brasil quanto no exterior, através de acordos de comodato. As obras foram feitas para serem vistas, e não para ficarem se deteriorando em um apartamento (ou mesmo em um storage). Por isso, acredito que entregá-las a espaços públicos poderá tornar o acesso mais democrático. Além da manutenção, que será feita de forma apropriada e profissional. Para tanto, um projeto bem pensado deve ser iniciado imediatamente. Obras de arte são vivas, criam mofo e se transformam — elas não podem esperar. ●

Eduarda de Aquino é designer

Caminhos para a privatização

JERSON KELMAN

A manchete do GLOBO de domingo afirma que a "União quer privatizar tratamento de esgoto" e que para isso o "BNDES vai discutir modelos para o setor com os estados". A intenção governamental é boa porque estamos muito atrasados nesse setor, mesmo quando comparados a países com renda per capita semelhante à nossa. Um bom exemplo do potencial dessa política é a Sabesp, que tem empreendido Parcerias-Público-Privadas com ganhos de produtividade. Além disso, capitais privados são particularmente bem-vindos em tempos de escassez de recursos fiscais. Contudo, para que essa iniciativa prospere, será necessário resolver os três problemas enunciados a seguir.

É preciso garantir aos operadores de saneamento — públicos ou privados — regras simples e seguras para atualização tarifária e para a recuperação dos investimentos na hipótese de rompimento dos respectivos contratos. Nesse sentido, é importante manter registro dos valores prudentemente investidos nas obras, que devem ser continuamente ajustados para considerar a incorporação de novas instalações e a depreciação das existentes. Como se trata do montante a ser indenizado ao operador de saneamento na hipótese de interrupção ou fim da prestação do serviço, não surpreende que o ambiente para investimentos no saneamento dependa diretamente da capacidade técnica, independência decisória e autonomia administrativa da correspon-

dente agência, que tem a responsabilidade de cuidar da contabilidade regulatória. Lamentavelmente, a maioria das agências hoje existentes, em particular as municipais, não se enquadra nesse figurino e, por uma questão de escala, jamais se enquadrará.

É preciso compatibilizar a legislação ambiental, que exige soluções imediatas, com a do saneamento, que admite soluções graduativas. Por exemplo, o afastamento do esgoto de onde as pessoas vivem, mesmo quando não seja possível o correspondente tratamento. A atual diferença de enfoque resulta em riscos para as empresas prestadoras de serviço e para

É preciso garantir aos operadores de saneamento, públicos ou privados, regras simples e seguras para atualização tarifária e para a recuperação dos investimentos

a sua funcionários, que chegam a ser acusados de crimes ambientais quando solucionam provisoriamente algum problema que não admite imediata implementação de solução definitiva.

Como se sabe, a legislação ambiental foi concebida para impedir que pessoas físicas ou jurídicas, motivadas por interesses particulares, causem externalidades ambientais prejudiciais ao interesse coletivo. Trata-se de tipologia que não se adequa a uma empresa de saneamento, que atua para mitigar a poluição causada pela sociedade, e não por ela

própria. Confundir "a solução" com "o problema" aluga o setor profissionais e empresas competentes, que poderiam dar significativas contribuições ao progresso do saneamento.

É preciso garantir o correto funcionamento das estruturas já existentes e das que ainda serão construídas, em vez de construir novas obras, frequentemente efêmeras. Idealmente, o serviço de saneamento deveria operar como se fosse uma indústria de produção de lodo. Primeiro, a carga poluidora intrínseca à condição humana é diluída numa grande quantidade de água para possibilitar o transporte por tubulações subterrâneas. Depois, o esgoto que chega à estação de tratamento passa por uma combinação de processos físicos, químicos e biológicos para inverter o processo. Isto é, para voltar a concentrar a carga poluidora num volume relativamente pequeno, chamado de "lodo". Portanto, quanto mais lodo se produz para deposição final em aterro sanitário ou para uso como insumo energético, menor é a carga poluidora lançada nos corpos hídricos. Como qualquer indústria, seria de se esperar que houvesse grande controle sobre o lodo, que é o resultado final da produção. Mas não é isso o que se observa. Ao contrário, em geral há muita pompa na inauguração das obras de saneamento e insuficiente avaliação dos resultados ao longo das correspondentes vidas úteis. O que explica o grande número de estruturas disfuncionais espalhadas pelo país. Isso tem que mudar. ●

Jerson Kelman é professor da Coppe-UFRJ e presidente da Sabesp